



Paulo Whittaker - 3.mai.09/Reuters

Vista aérea de uma castanheira tombada em área de pastagem degradada de Marabá, região sul do Pará, um dos focos de desmatamento



Economia em crise derrubou desmate

Estudo mostra que 44% da redução devastação na Amazônia entre 2004 e 2006 se deveu a desaquecimento

Segundo pesquisadores, criação de unidades de conservação responde por 37% da queda e ação policial, por meros 18%

RAFAEL GARCIA
DE SÃO PAULO

Punição a desmatadores ou desaquecimento da economia? Um estudo publicado hoje conclui que metade do mérito pela queda do desmatamento na Amazônia em meados desta década não é do aumento da fiscalização, mas sim da baixa no mercado de commodities.

Com uma série de comparações estatísticas, cientistas do Brasil e dos Estados Uni-

dos calcularam que 44% da redução do desmate observada de 2004 a 2006 foi reflexo da economia fraca.

O resto, dizem, pode ser considerado mérito de políticas governamentais.

A criação de novas áreas protegidas fez 37% do serviço, e os 18% finais foram atingidos por meio de fiscalização e policiamento para coibir desmatamento ilegal — as chamadas políticas de "comando e controle".

Nesse período, o desmate anual caiu de 27 mil km² para mil 14 mil km². Embora a crise tenha sido o principal fator individual por trás da queda, a pesquisa comprova que o governo tem como influenciar na taxa de devastação, e muito.

O novo estudo, liderado por Britaldo Soares-Filho, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), traz outra boa notícia: os produtores que deixaram de desmatar em um determinada área em razão dessa pressão não migraram até outras regiões para cortar mais árvores.

VAZAMENTO TAPADO

Esse fenômeno, conhecido por economistas como "vazamento", comprometeria uma série de esforços que vêm sendo negociados para ajudar a combater a emissão de gases do efeito estufa.

Mas não é o que está acontecendo, segundo o trabalho de Soares-Filho e colegas, divulgado pelo periódico "PNAS", da Academia Nacio-

nal de Ciências dos EUA.

Muitos ambientalistas esperam que negociações internacionais aprove a adoção de sistemas de compensação do tipo Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). Esse mecanismo prevê que países em desenvolvimento recebam compensação financeira por evitar o desmate, mas para isso é preciso "tapar o vazamento".

Segundo Soares-Filho, seu trabalho mostra que isso foi feito. "Fizemos uma série de análises estatísticas para mostrar que a expansão das áreas protegidas não teve relação com aquilo observado nas áreas em que houve algum aumento do desmatamento", disse à *Folha*.

"A queda [do desmate] fora das áreas protegidas, foi proporcionalmente até maior do que a redução dentro dessas áreas. Isso implica que não houve vazamento."

FRENTE DE COMBATE

Segundo o ecólogo Paulo Moutinho, coautor do trabalho, parte do segredo desse sucesso foi a criação de unidades de conservação próximas ao chamado arco do desmatamento — região no sul de Mato Grosso e oeste do Pará que marca a fronteira entre a floresta e as fazendas que avançam sobre ela.

"Não dá para o produtor rural deslocar o desmatamento de uma área de fronteira para uma área remota", diz. "O custo cresce muito."

Paulo Artaxo, físico atmosférico da USP que não participou do trabalho, afirma que os números obtidos por Soares-Filho sobre as áreas protegidas impressionam. "Elas teriam o potencial de reduzir cerca de 8 bilhões de toneladas de carbono até 2050", diz. "É uma ajuda e tanto na redução das emissões de gases de efeito estufa."

Para Soares-Filho, a perspectiva do Redd já está tendo como efeito uma espécie de círculo virtuoso diante dos índices de desmate mais recentes. "Muitos fazendeiros estão na expectativa de poderem ter alguma remuneração pela conservação de suas florestas, e isso fez com que eles pensassem duas vezes antes de desmatar", afirmou.